

REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA EM DIFERENTES BIBLIOTECAS: O TRATAMENTO INFORMACIONAL COMO UM PROCESSO PLURAL

Documentary representation in different libraries: the informational treatment as a case plur

Jorge Santa Anna¹
Maria Aparecida de Mesquita Calmon²
Suelen de Oliveira Campos³

Resumo: O tratamento informacional constitui um dos principais fazeres biblioteconômicos, cujas atividades se diluem em meio à catalogação, indexação e classificação. Essas atividades, em muitas circunstâncias, não se constituem de forma singular, sofrendo interferências de diferentes fatores, advindos do contexto em que se situa o profissional, a biblioteca, suas tecnologias e seus públicos. Deste modo, objetiva-se com este estudo analisar os fatores que interferem no tratamento da informação, especificamente o processo da catalogação, realizada em diferentes bibliotecas. Com este propósito, utilizou-se 12 bibliotecas distribuídas nas categorias de: acadêmicas, universitárias, especializadas e públicas. Através da aplicação de questionário, constatou-se, em linhas gerais, que, na maioria dessas unidades, os fatores interferentes perfazem a subjetividade, o conhecimento e experiência do profissional, além do perfil da comunidade usuária a ser servida. Essas unidades, em geral, utilizam os instrumentos e técnicas de tratamento informacional de formas diferenciadas, o que remete à pluralidade de representações elaboradas por esses profissionais, demonstrando que o fator contextual contribui para essa diversidade nas representações documentárias.

Palavras-chave: Tratamento da informação. Catalogação. Indexação. Classificação. Fazer bibliotecário.

Abstract: The informational treatment is a major doings librarianship, whose activities are diluted through the cataloging, indexing and classification. These activities, in many circumstances, do not constitute a singular way, suffering interference of different factors, arising from the context in which lies the professional, the library, its technologies and its publics. Thus, the objective of this study was to analyze the factors that affect the processing of information, specifically the process of cataloging held in different libraries. For this purpose, we used 12 libraries distributed in categories: academic, university, and specialized public. Through a questionnaire, it was found, in general, that in most of these units, the interfering factors account for subjectivity, knowledge and professional experience, and the profile of the user community to be served. These units generally use the tools and techniques of information treatment in different ways, which leads to the plurality of representations made by these professionals, demonstrating that contextual factor contributes to this diversity in documentary representations.

Keywords: Information processing. Cataloging. Indexing. Rating. Makelibrarian.

1 INTRODUÇÃO

A organização da informação constitui uma das principais práticas realizadas nas unidades e nos serviços de informação. Embora venha se desenvolvendo com metodologias diferenciadas, devido às

¹ Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor de Departamento de Biblioteconomia da UFES. Pesquisador atuante no ramo da Consultoria Informacional e Normalização de Trabalhos Científicos. Email: jorge.anna@ufes.br.

² Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atuante em organização de acervos e no ramo cultural. E-mail: cidacalmon@ufes.com.

³ Graduada em Arquivologia e biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Especialista em Gestão de Projetos. E-mail: suelencampos@gmail.com.

mudanças nos suportes de informação e nas novas necessidades demandadas, sua essência tem sido a mesma: registrar o conhecimento e representá-lo facilitando a recuperação da informação.

O tratamento da informação acompanha o fazer do bibliotecário, independente das novas mídias e recursos trazidos com o advento das tecnologias da informação e comunicação (TIC). Acompanhando o avanço dos registros do conhecimento, as bibliotecas foram se transformando com o passar dos tempos, modificando seus processos de trabalho, sem desconsiderar o objetivo maior que é armazenar e disseminar a informação a diferentes públicos.

Embora constituindo-se como atividade básica no trabalho de qualquer profissional da informação, é nas últimas décadas do século XX que o ato de organizar a informação se tornou e vem se tornando cada vez mais complexo, repleto de interferências em todos os contextos, suportes e instâncias.

Para Naves (2001, p. 189), as complexidades elencadas ao tratamento informacional também advém "[...] do aumento da produção científica aliado à crescente interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento que vem ocorrendo nas últimas décadas [tornando] o trabalho de organização e tratamento da informação cada vez mais árduo e complexo".

Todavia, além das interferências advindas da explosão bibliográfica e da interdisciplinaridade, o tratamento informacional sempre foi permeado por fatores interferentes, que lhe são peculiares, o que demonstra a complexidade dos processos realizados nas diversas modalidades de bibliotecas. Estudos desenvolvidos por Naves (2001) já demonstraram quatro grandes fatores que influenciam as práticas de tratamento informacional, tais como: a subjetividade, o conhecimento prévio, formação acadêmica e experiência.

Esses fatores agora se aliam às interferências das novas tecnologias, que, contribuem para tornar os processos com práticas diferenciadas, o que demandará novos fatores interferentes. A esse respeito profere Dias (2001, p. 1) que o tratamento da informação, "[...] continua necessário no contexto digital, mas depende de uma melhor definição da natureza e das características dos vários tipos de bibliotecas digitais, para que possa ser feito com eficácia e com eficiência".

Diante de novas abordagens e métodos a que nos deparamos na atualidade, a biblioteca se adentra ao ambiente virtual, o que demandará novas formas de tratar a informação que estará armazenada em registros eletrônicos de informação. Esses acontecimentos ocasionarão mudanças nos processos de tratamento informacional, interferindo na forma tradicional de catalogar, indexar e classificar a informação.

Diante dessa situação de fortes influências sobre as práticas desenvolvidas nos mais diferenciados contextos, no que se refere ao tratamento da informação, esse artigo se sustentou na seguinte questão norteadora: Como a catalogação é realizada em diferentes organizações informacionais?

Por decorrência, pretendeu-se com esse estudo, analisar os fatores que interferem na catalogação em diferentes bibliotecas com o fim de demonstrar as diferentes atuações profissionais na prática da catalogação. Metodologicamente foram utilizadas análises em diferentes contextos, sendo a amostra constituída de 12 bibliotecas, nas mais diferenciadas modalidades.

2 DIÁLOGO COM ALGUNS TEÓRICOS

Desde a formulação dos princípios da Biblioteconomia, formulados por Ranganathan⁴, as bibliotecas organizam seus acervos, como atividade principal, no intento de proporcionar ao usuário informação confiável, atualizada, precisa e com rapidez. Para a consumação desse feito, é necessário considerar a visão de todo da unidade, considerando todas as atividades dependentes uma das outras.

Assim sendo, o processo de organização da informação está imbuído no centro de todas as demais atividades, sendo formado por *atividades meio* da unidade informacional, estando atrelado às *atividades*

⁴ Matemático, bibliotecário, filósofo e pensador indiano. Um dos nomes que mais se destacam nos estudos teóricos de organização do conhecimento, tendo forte influência na consolidação da Biblioteconomia Moderna, ao elaborar as cinco leis biblioteconômicas (NAVES, 2006).

iniciais, como a aquisição e seleção, além de relacionar-se com as *atividades fim*, como o serviço de referência (MACIEL; MENDONÇA).

Devido à interação entre as várias modalidades de serviços, o trabalho de organização é visto como um processo gerenciador dos fluxos dinâmicos de informação, constituindo ações continuadas, envolvendo todas as disciplinas, técnicas, métodos e processos relativos às representações descritiva e temática, elaboração de linguagens, códigos e normas, além da formação de bases de dados necessárias ao armazenamento da informação.

No entendimento de Fujita, Rubi e Bocatto (2009), a organização da informação refere-se ao trabalho técnico desenvolvido por bibliotecários, visando à análise temática e descritiva dos itens informacionais. Assim, a organização informacional

[...] compreende as atividades e operações do tratamento da informação, envolvendo para isso o conhecimento teórico e metodológico disponível tanto para o tratamento descritivo do suporte material da informação quanto para o tratamento temático de conteúdo da informação (FUJITA; RUBI; BOCATTO, 2009, p. 21).

O tratamento descritivo corresponde, em sentido *lato*, às análises que são efetuadas nos vários locais do suporte que abarca a informação, visando detectar dados que representem a totalidade do documento e constitui ponto de acesso para a recuperação documental quando inserido nos catálogos.

O tratamento temático compreende, em linhas gerais, a representação por meio de termos, que remetam ao conteúdo documental, com vistas à recuperação da informação quando solicitada pelo usuário frente ao sistema de recuperação de informação da unidade.

Essas duas modalidades de tratamento irão se realizar de diferentes formas, dependendo do contexto onde se realize essas atividades, às quais dependerão das políticas de tratamento da informação contidas nas bibliotecas ou do profissional que realiza esse tipo de serviço, estando a ele atrelado inúmeros fatores que lhe são inerentes (DIAS; NAVES, 2006).

A fim de facilitar as análises temáticas e descritivas, Ribeiro (2001), enumera algumas partes, que de acordo com alguns instrumentos catalográficos, como o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2)⁵ e linguagens de indexação, são vistas como mais confiáveis ao processo de representação documental. Essas partes, resumidamente compreendem: a capa, folha de rosto e o colofão.

Também são descritas algumas estratégias que podem viabilizar o entendimento dos assuntos que tratam os documentos com vistas à representação desses em linguagens documentárias controladas (DIAS; NAVES, 2007). As técnicas de leitura, como a leitura não linear, irão permitir maior agilidade nesse processo. Leitura do sumário, índice, resumo e introdução compreendem uma boa alternativa nessa empreitada (LANCASTER, 2004).

Em linhas gerais, a elaboração de códigos que assegurem a recuperação da informação, quando solicitada por meio de estratégia de busca feita pelo usuário a uma base ou catálogo, constitui as atividades primordiais do tratamento da informação, qual sejam, a catalogação, indexação e classificação. Para Mey e Silveira (2009, p. 7), esses processos constituem:

O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários.

Como se percebe o ato de catalogar, indexar e classificar estão atrelados uns aos outros. A maioria dos autores consideram-nos, genericamente, como processos similares que se constituem mutuamente, sendo difícil o estabelecimento dos limites entre o início e o término de cada um.

⁵ Diz respeito a um código de Catalogação, o qual constitui um compêndio de regras para a criação de descrições bibliográficas e para a escolha, a construção e a atribuição dos pontos de acesso representando pessoas, localizações geográficas e entidades (RIBEIRO, 2001).

Na visão de Mey e Silveira (2009), os códigos e linguagens foram criados com vistas à padronização, porém, devido à necessidade de compartilhamento informacional muito presente nas bibliotecas informatizadas, o processo cooperativo, aliado às complexidades inerentes ao profissional que realiza o tratamento, a catalogação vem se desenvolvendo de forma plural, tendo em vista os mais diferenciados contextos em que é gerida e cooperada.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada no desenvolvimento deste estudo caracterizou a pesquisa como descritiva, no que se refere aos objetivos do estudo e pesquisa de campo, no que se refere aos procedimentos técnicos utilizados.

A pesquisa descritiva, segundo Gil (2008), objetiva descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Ex.: pesquisa referente à idade, sexo, procedência, eleição etc.

Consideramos este estudo como descritivo, pois ele analisou a realidade de uma dada população, representada por doze bibliotecas. Também pode ser considerado como descritivo, uma vez que utilizou como técnica de coleta de dados, formulário com perguntas fechadas, o que caracterizou o estudo como quantitativo, analisando dados concretos e objetivos com base nas respostas obtidas.

Já a pesquisa de campo, segundo Gil (2008), procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do que ocorre naquela realidade.

No caso deste estudo, o ambiente de pesquisa delimitado foi doze bibliotecas de diferentes modalidades, tendo como sujeitos de pesquisa, os bibliotecários responsáveis pelo setor de processamento técnico dessas unidades. Logo, a amostra da pesquisa foi composta por doze sujeitos, inseridos em diferentes contextos de trabalho.

3.1 O TRATAMENTO INFORMACIONAL EM DIFERENTES MODALIDADES DE BIBLIOTECAS

Fiéis ao objetivo central desse estudo, qual seja: "analisar os fatores que interferem na catalogação em diferentes bibliotecas com o fim de demonstrar as diferentes atuações profissionais na prática da catalogação", foi escolhido uma amostragem, composta por bibliotecas gerenciadas por diferentes instituições, no intento de perceber a interferência contextual. Em um primeiro momento enviou-se um questionário a diferentes modalidades de bibliotecas. A intenção inicial era que a amostragem fosse composta por 4 bibliotecas de cada modalidade, entre pública, especializada, escolar, universitária e acadêmica, totalizando 20 bibliotecas.

Todavia, não tivemos o retorno esperado, pois apenas as especializadas nos retornaram todos os questionários; das quatro universitárias apenas três responderam; das públicas, apenas duas; entre as acadêmicas, três, e, por fim, entre as escolares não obtivemos retorno. Ao final, o estudo foi realizado com base em 12 unidades respondentes, conforme ilustra, percentualmente, o gráfico 1, ou seja: 3 bibliotecas universitárias (25%), 2 públicas (16,5%), 3 acadêmicas (25%) e 4 especializadas (33,5%).

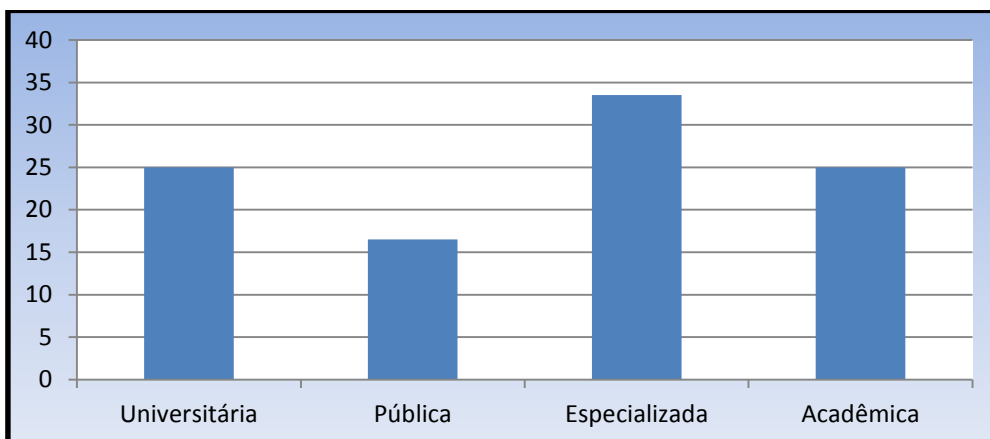


Gráfico 1 - Caracterização e universo da amostra
Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Os dados coletados nos permitiu constatar que, no que se refere ao esquema de classificação utilizado pelas unidades, 75% utilizam a Classificação Decimal de Dewey (CDD), o que equivale a 9 bibliotecas, e 25% das unidades investigadas adotam o Sistema de Classificação Universal (CDD), correspondendo a 4 bibliotecas (gráfico 2). Dentre àquelas que optam pela CDU, a maioria se enquadra na categoria de especializada.

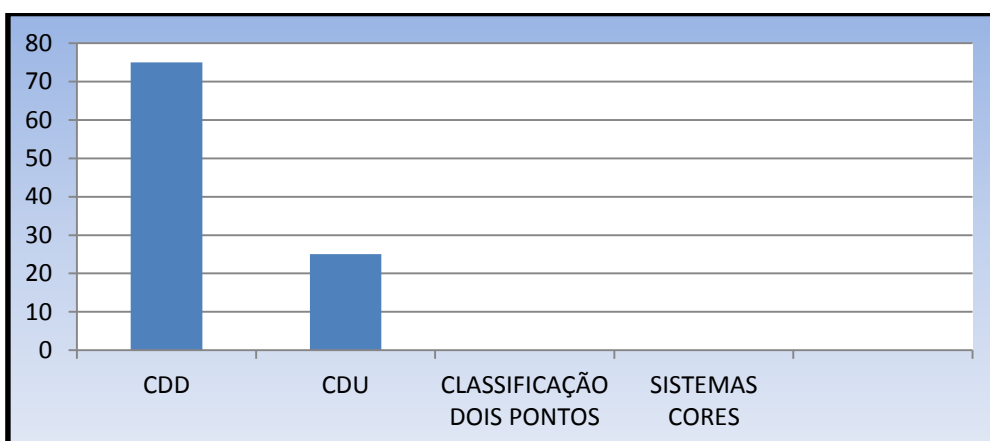


Gráfico 2 - Esquema de classificação utilizado
Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Essa constatação nos permite enfatizar que os sistemas e esquemas de classificação são sistematizados de diferentes formas, atendendo as necessidades de diferentes públicos. Com a criação dos esquemas de classificação, iniciada no final do século XVIII, os classificadores já utilizavam como critério norteador do sistema, a adequação e satisfação do público a que seria destinado.

Ranganathan (2009, p. 254) afirma que “[...] é necessário que a classificação seja abrangente, envolvendo todo o saber passado e presente”, todavia, ao se optar por um esquema, é necessário “[...] observar o sistema mais adequado às necessidades dos usuários, pois os sistemas de classificação não foram feitos apenas para facilitar o trabalho do bibliotecário, mas para facilitar a recuperação da informação para o usuário [...]” (EDUVIRGES, 2011, p. 9).

A escolha preferencial pela CDD pode ser confirmada pelo fato desse esquema abranger assuntos gerais, exigindo um grau maior de exaustividade, sem grandes especificidades. Ao contrário, a CDU é mais indicada para bibliotecas especializadas, devido à capacidade de divisão do conhecimento em partes menores, evidenciando um maior grau de detalhamento.

Tratar uma informação sob a ótica da exaustividade e/ou especificidade irá requerer certos níveis de detalhamento ao descrever as características dos documentos tratados. Dentre os inúmeros instrumentos de tratamento existentes, o AACR2 especifica quais são os dados estruturais do item informacional a serem representados, ou seja, as informações referentes aos aspectos físicos, correspondentes à forma do documento que estão presentes no suporte (catalogação) criando pontos de acessos para futuras recuperações. Assim, o presente código recomenda três diferentes níveis que podem ser utilizados pela unidade, dependendo do maior ou menor grau de detalhamento que se queira demonstrar.

Em relação aos níveis de descrição, dos questionários respondidos, duas bibliotecas deixaram a questão em branco, o que infere afirmar o desconhecimento dessa recomendação. Assim, das 10 analisadas, duas universitárias e uma acadêmica opta pelo terceiro nível, o que equivale a 30%. O primeiro nível é usado em 2 especializadas e 1 pública, equivalendo, também a 30%. A maioria das bibliotecas prefere o nível intermediário, abarcando 40% do total da amostra.

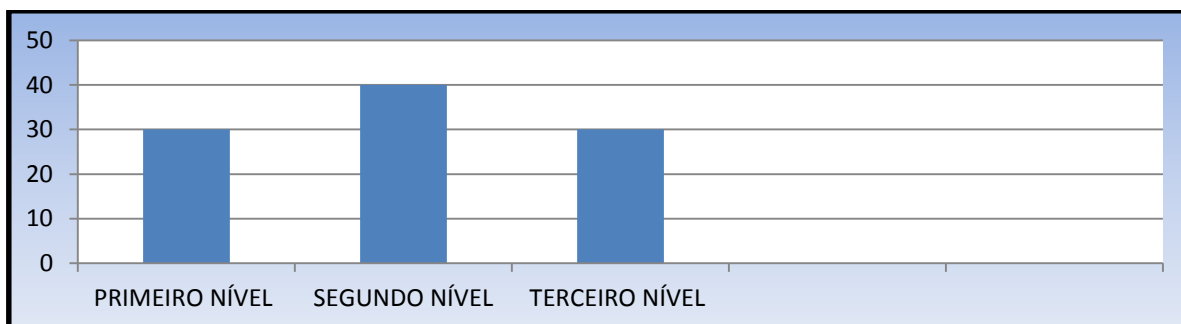


Gráfico 3 - Nível de Catalogação adotado pela biblioteca
Fonte: Dados da pesquisa (2015)

No que se refere aos instrumentos utilizados no processo de tratamento da informação, 1 biblioteca acadêmica (8,3%) adota tabelas e tesouros; 4 unidades, dentre elas, duas especializadas e duas acadêmicas usam apenas tabelas (33,3%); 1 universitária utiliza tabelas, tesouros, cabeçalhos assuntos e o AACR2 (8,3%); duas especializadas utilizam tabelas, tesouros, cabeçalhos e AACR2 (25%), 2 públicas usam tabelas e cabeçalhos (16,6%) e, 2 universitárias adota as tabelas e AACR2 (8,3%).

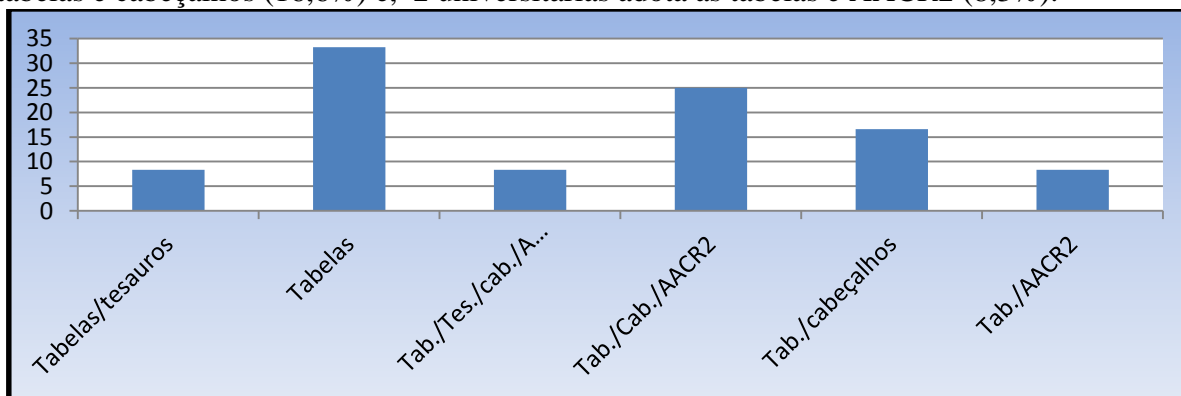


Gráfico 4 - Instrumentos utilizados no tratamento informacional
Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Diante dessa constatação, inferimos que, os instrumentos utilizados no tratamento da informação devem ser utilizados com vistas à exaustão, ou seja, diante das inúmeras possibilidades que um usuário poderá utilizar para recuperar uma informação em um catálogo, por exemplo, irá requerer a construção de variados pontos de acesso, evidenciados na representação da informação. Também corrobora com essa ideia, Fujita e Leiva (2010) ao afirmarem que a visibilidade desses sistemas de recuperação da informação e a responsabilidade do profissional da informação devem permear todo o processo de

tratamento de forma e conteúdo. Ademais, as unidades que utilizam o maior número de instrumentos possíveis, tendo a construir maior número de representações, facilitando melhores índices de precisão no processo de busca e recuperação informacional são as de modalidade universitárias e públicas.

Quando investigadas a respeito do tratamento temático, visando descobrir o assunto central de que trata o documento, obtivemos os seguintes resultados: 1 biblioteca especializada realiza leitura dinâmica e catalogação cooperativa (8,3%); 2 bibliotecas acadêmicas recorre a resumos e resenhas sobre a obra (16,6%); 1 especializada, 1 acadêmica, 1 pública e 1 universitária realiza leitura dinâmica (33%); 2 públicas e 1 universitária utilizam leitura e catalogação cooperativa (16,6%); 2 especializadas recorrem à leitura e resumos (16,6%); por fim, 1 universitária realiza leitura, catalogação, além de recorrer a resumos (8,3%).

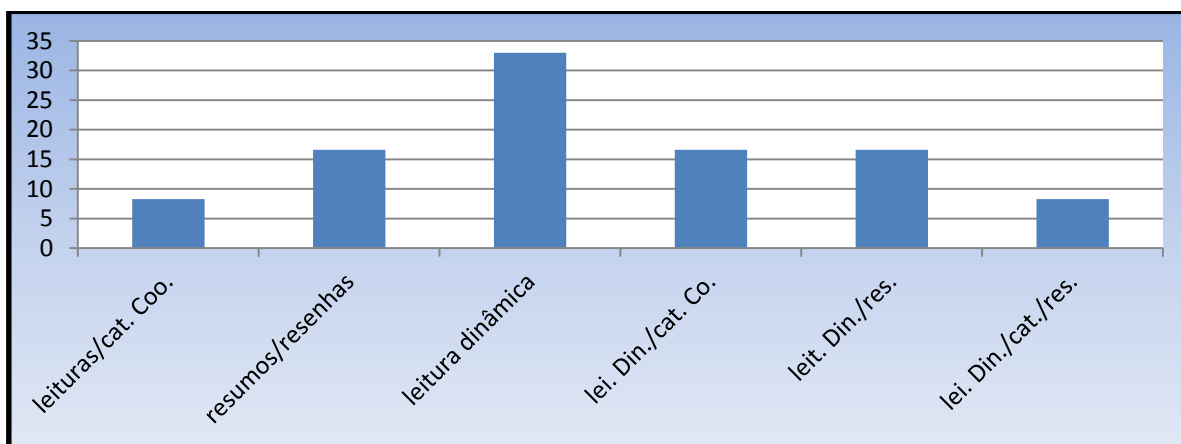


Gráfico 5 - Tratamento temático dos itens informacionais
Fonte: Dados da pesquisa (2015)

A respeito da representação dos assuntos de que tratam uma obra, o bibliotecário deve ficar atento, sendo necessário a utilização de várias estratégias a fim de localizar o termo que melhor represente a temática abordada no documento (DIAS; NAVES, 2007). Importante atentar que, as bibliotecas investigadas, em sua maioria, utilizam o processo de leitura técnica, fato esse que pode garantir maior confiabilidade no resultado obtido com a leitura documental. Entendemos que a catalogação cooperativa e o uso de resumos e resenhas podem ser utilizados, mas não devem ser os únicos e principais recursos, podendo servir apenas como complementação ao processo de leitura.

Especificamente, quando investigado a respeito do processo de leitura realizada, aferiu-se para as seguintes informações: 4 bibliotecas, dentre elas: 1 pública, 2 universitárias e 2 acadêmicas realizam, como estratégia, a leitura do sumário (33,3%). Por outro lado, as demais bibliotecas utilizam a leitura de todas as partes possíveis da obra (66,6%), o que nos remete destacar a valiosa importância desse processo diversificado.

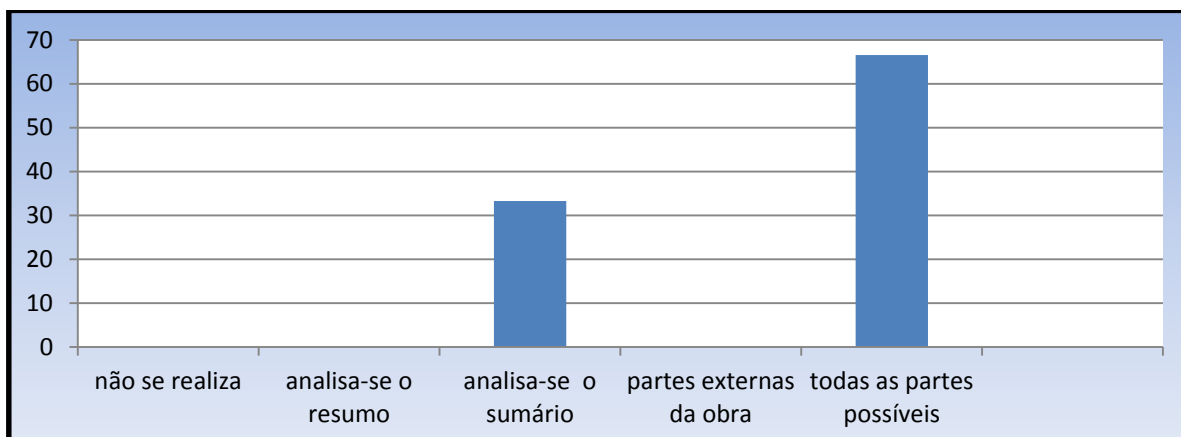


Gráfico 6 - Leitura dinâmica dos itens informacionais
Fonte: Dados da pesquisa (2015)

De acordo com os dados acima expostos, pode-se recorrer às reflexões de Lancaster (2004) ao afirmar que a leitura técnica se consome por meio da análise de várias partes da obra e que podem trazer informações gerais e de alto grau de importância, conferindo ao bibliotecário a oportunidade de conhecer os assuntos principais, sem recorrer à leitura do documento na íntegra. Mas, é importante frisar a possibilidade de imprecisão do processo ou ocorrência de erros, nos casos em que a leitura se limita a poucas partes do item informacional.

Quando perguntado a respeito de assuntos específicos, em que o bibliotecário não tenha muito domínio do assunto, obteve-se que: em 4 bibliotecas, dentre elas, 2 especializadas e duas acadêmicas, responderam que se recorre a especialistas (33,33%); 5 bibliotecas, dentre elas, 2 especializadas, 1 universitária e 2 públicas, disseram que não há esse processo (41,66%); por sua vez, 3 bibliotecas, sendo 2 universitárias e 1 pública responderam que às vezes isso acontece (25%).

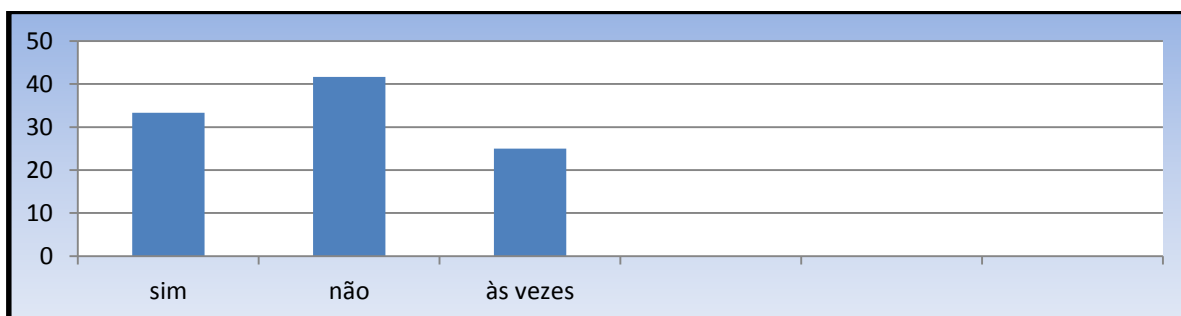


Gráfico 7 - Consulta a especialistas
Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Diante dessa evidência, depreende-se que a interação entre profissionais se faz necessária, o que denota a ocorrência da interdisciplinaridade. Os bibliotecários não conseguem acompanhar as mudanças ocorridas nas variadas áreas do conhecimento, sendo necessária a formação de equipes que trabalhem de forma multi e transdisciplinar (FUJITA; LEIVA, 2011).

O questionário também investigou a catalogação cooperativa, uma das mais utilizadas e vantajosas práticas de tratamento catalográfico da atualidade. Porém, é preciso adotar esse método sem exageros, analisando cautelosamente uma obra já catalogada por uma instituição associada do sistema cooperativo.

Para os respondentes, apenas 2 bibliotecas especializadas não adotam a catalogação cooperativa, o que equivale a 16,66% da amostra. Já o restante, 10 bibliotecas, utiliza a catalogação cooperativa, realizando as adequações que se fizerem necessárias (83,3%).

Convém destacar, a esse respeito, a necessidade de atenção por parte do catalogador, pois, em muitas das vezes, a catalogação fora realizada com algumas inconsistências, o que exige o ajuste por parte do bibliotecário beneficiado com a cooperação. Os dados demonstraram que esses profissionais estão atentos a essa questão, utilizando a cooperação como auxiliar, mas o processo em si é passível de novas investigações e conferências junto a instrumentos de catalogação.

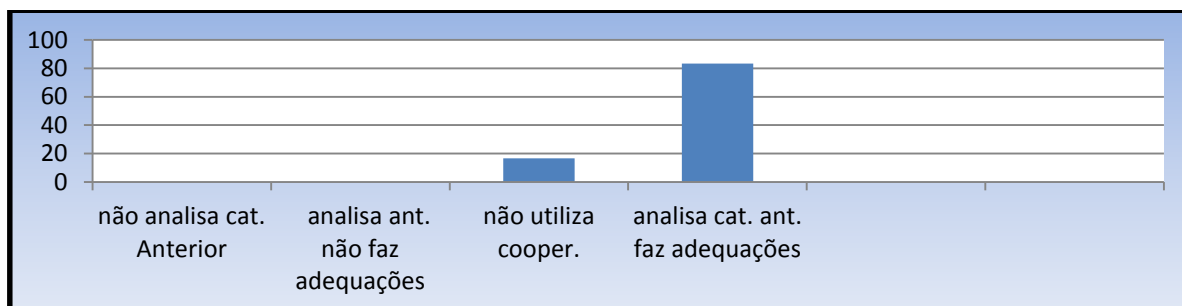


Gráfico 8 - Realização da catalogação cooperativa

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Diante de itens que ainda não sofreram processo de catalogação, um dos respondentes deixou essa questão em branco, o que denota a falta de compreensão do enunciado. Das 11 unidades respondentes, 3 bibliotecas (1 acadêmica e 2 especializadas), recorre ao AACR2, exclusivamente (27,7%); 1 biblioteca acadêmica recorre a obras adaptadas do AACR2, exclusivamente (9,09%); 6 bibliotecas (2 especializadas, 2 universitárias e 2 públicas) recorrem a manuais, guias e outras fontes (54,54%); por fim, 1 biblioteca universitária utiliza manuais de catalogação (guias/tutoriais) criados pela unidade, e, se necessário, recorre a outras fontes (9,09%).

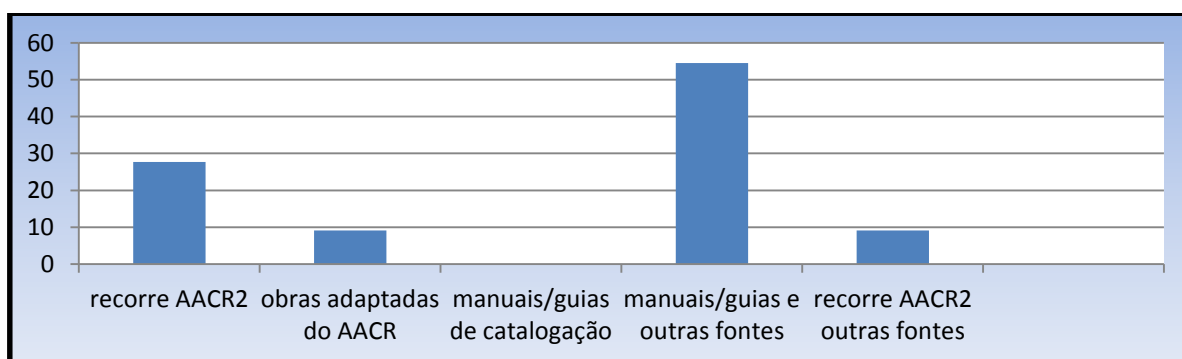


Gráfico 9 - Nos casos em que não se realiza Catalogação Cooperativa

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Quanto aos locais de extrações de dados catalográficos a serem retirados dos itens informacionais, aferiu-se aos seguintes resultados: 1 biblioteca acadêmica recorre à catalogação na publicação (CIP), equivalente a 8,33%; 4 bibliotecas (2 universitárias e 2 acadêmicas) recorrem à folha de rosto (33,33%); 3 bibliotecas, 1 pública e 2 especializadas, recorrem à folha de rosto e colofão (25%); 1 biblioteca universitária utiliza capa, folha de rosto e colofão (8,33%); 1 biblioteca pública utiliza todas as partes da obra possíveis (16,66%); 2 bibliotecas especializadas utilizam a CIP e folha de rosto, equivalendo a 8,33%.

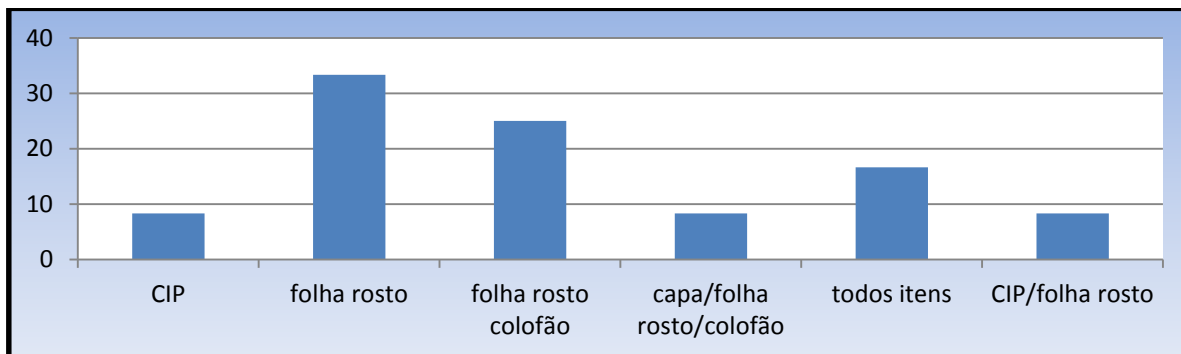


Gráfico 10 – Local de coleta de dados no item informacional
Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Tendo em vista os dados expostos no gráfico acima, é preciso frisar que, no processamento técnico todas as fontes citadas acima são importantes para extrair as informações sobre o material, porém, segundo a AACR2 a fonte principal é a folha de rosto sendo complementada pelas informações encontradas em outras partes da obra.

É importante destacar, também, que as fichas catalográficas e técnicas, elaboradas durante o processo editorial não constituem informações confiáveis, pois, ao serem feitas, não seguem, em muitas das vezes, os padrões estipulados pelo processo de Catalogação na Publicação. A CIP foi criada em 1976 possuindo como essência, permitir que a obra fosse catalogada uma única vez, a fim de auxiliar o trabalho futuro de bibliotecários ao incorporar esses itens nos acervos. Recomendou-se na época que, todas as editoras enviassem o livro à Câmara Brasileira do Livro ou à Biblioteca Nacional para que fosse feita a catalogação, visando estabelecer um padrão nos procedimentos. Porém, com o descumprimento deste envio a estes dois institutos, a catalogação passou a ser feita de forma disforme (CAMPELLO, 2006).

Quando se indagou a respeito de revisões realizadas após o tratamento técnico de uma obra, 3 bibliotecas (2 universitárias e 1 pública) responderam que esse processo é realizado (25%); Todavia, 9 bibliotecas responderão que esse processo não acontece (75%).

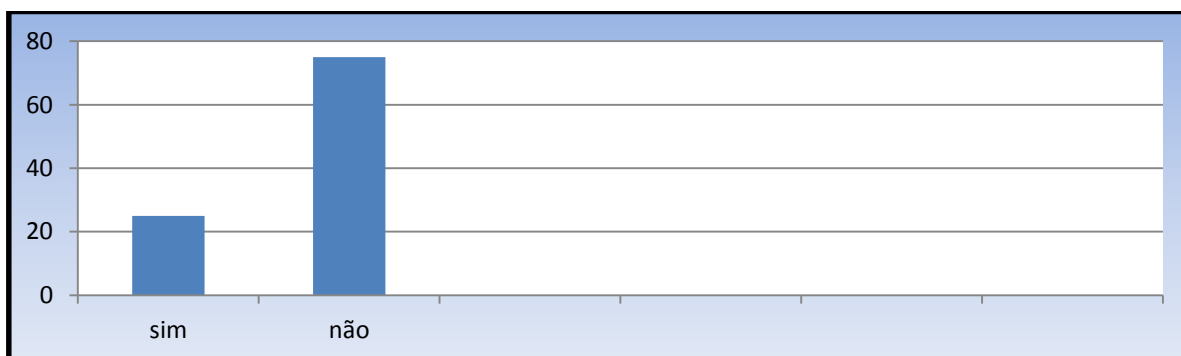


Gráfico 11 – Revisão junto a outros bibliotecários
Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Faz-se curioso aqui destacar, que, dois profissionais descreveram nos questionários, a impossibilidade desse feito, devido à falta de recursos humanos nas bibliotecas. Nessas duas bibliotecas especializadas, há apenas um bibliotecário atuante.

Visando coletar dados que comprovem a subjetividade dos processos de tratamento informacional, presentes na questão anterior, indagou-se, quando houver revisões por outros bibliotecários, se ocorrem divergências entre a classificação inicial e a revisada. As respostas apontaram para os seguintes resultados: a amostra se restringiu a apenas 3 unidades, pois em 9 bibliotecas não ocorre a revisão. Das 3 respondentes, 1, que é especializada, disse que nunca ocorreram discordâncias entre as catalogações

realizadas (33,33%). Já duas (1 pública e universitária) responderam que as discordâncias ocorrem raramente (66,66%).

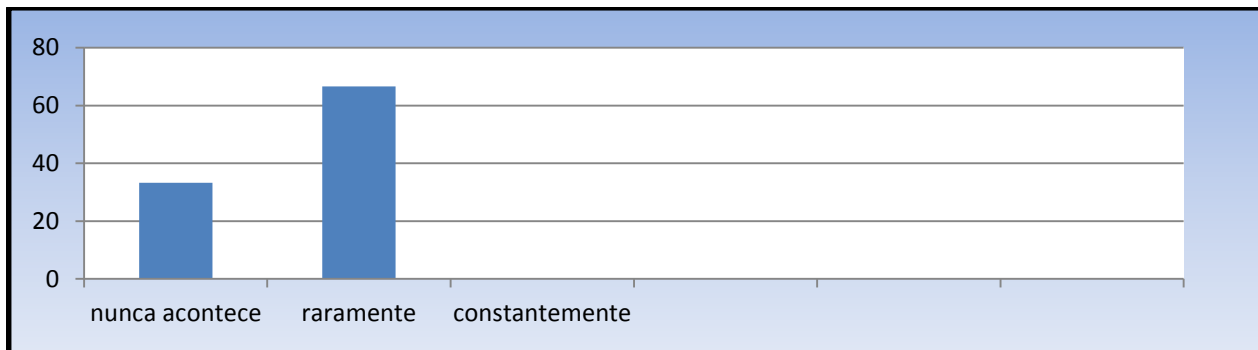


Gráfico 12 – Divergências entre catalogação inicial e revisada

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Esse fato parece confirmar a existência de uma baixa subjetividade, a qual pode estar atrelada ao fazer do profissional da informação, notadamente ao que se refere ao ato de tratar a informação. Além da subjetividade, se além outros fatores interferentes, como conhecimento prévio e experiência profissional (DIAS; NAVES, 2006).

Aproveitou-se para questionar aos profissionais, a respeito de como as divergências são gerenciadas, tendo em vista, a necessidade de se chegar a um consenso. A esse questionamento, obtivemos duas respostas. Para um bibliotecário de biblioteca pública: "*Caso haja, temos uma Comissão de Catalogação em que essas situações são discutidas e assim resolvidas*". Conforme justificativa de um bibliotecário de biblioteca universitária: "*Em alguns casos ocorrem divergências na classificação devido às mudanças ocorridas nas edições da tabela CDU no decorrer dos anos onde algumas áreas foram suprimidas e outras acrescentadas. Nesses casos mantemos a classificação que existe no acervo para reunir os materiais com mesmo assunto e para as novas áreas acrescentamos a classificação em nossa base*".

É importante atentar que muitas das complexidades e das flexibilidades elencadas pelos instrumentos de tratamento poderiam ser sanadas se houvesse uma política direcionada para essas atividades, o que evidencia a padronização de procedimentos. A essa indagação, obtivemos que 58,33% das bibliotecas (7) possuem esse documento (a maioria, bibliotecas públicas, acadêmicas e universitárias), enquanto que 41,66 não possuem políticas, seja de catalogação, indexação ou classificação.

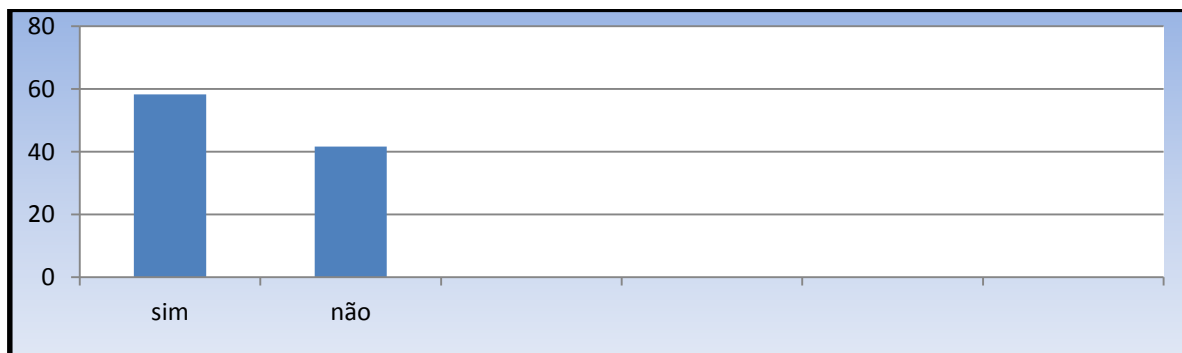


Gráfico 13 – Políticas para tratamento informacional

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Estendendo-se a complexidade e subjetividade do processo de tratamento informacional um pouco além das fronteiras da unidade, investigamos se havia questionamentos por parte da comunidade usuária a respeito de discordância sobre o tratamento realizado. Os resultados obtidos convergem à constatação que

em 83,33% dos casos (10 unidades) há raras ocasiões dessa ocorrência. De forma espantosa, o questionário apontou que em 16,66%, 2 bibliotecas (1 pública, outra especializada), não há discordância do usuário.

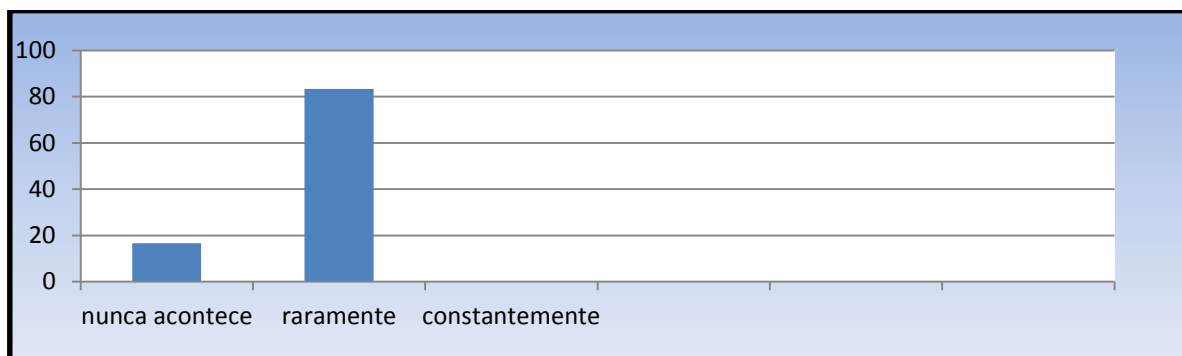


Gráfico 14 – Discordância por parte da comunidade usuária
Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Em relação aos procedimentos utilizados para inserção de códigos que diferenciem obras com características especiais, tipo: referências, periódicos, obras raras, mapas, etc., os resultados demonstraram que 5 bibliotecas (pública, especializada, acadêmica e universitária) insere códigos diferentes nas notações e colocam essas obras em locais especiais (41,66%); seis bibliotecas também inserem códigos de identificação, porém elas aparecem na sequência do acervo (50%); já apenas 1 biblioteca especializada (8,33%) insere as obras junto ao acervo geral sem nenhuma diferenciação das demais.

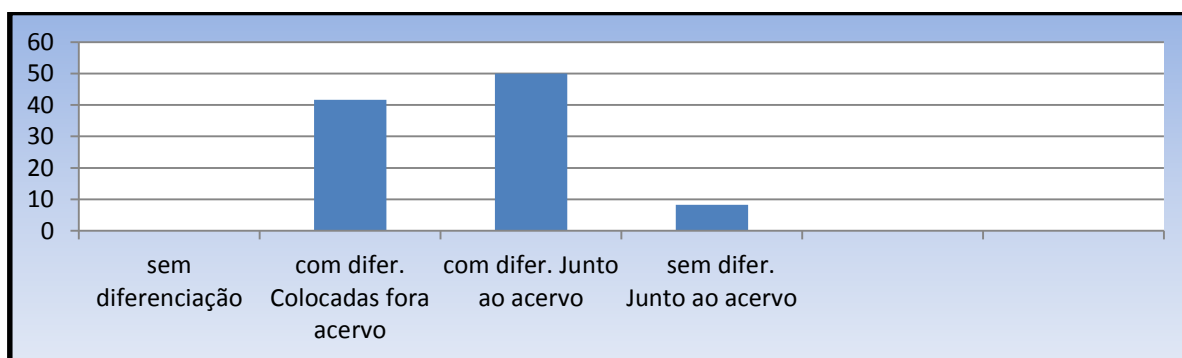


Gráfico 15 – Identificação para obras com características específicas
Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Ao investigarmos a questão das novas tecnologias, delineamos duas questões pertinentes para esse estudo. Na primeira investigamos o uso de sistemas automatizados para gerenciamento do processo de tratamento. Todas as unidades possuem softwares que atuam nos processos de catalogação, indexação e classificação. Os sistemas citados foram: Biblio-Up (utilizado em 2 bibliotecas universitárias); Pegamun (em 2 bibliotecas universitárias); Qualidata (especializada), Souzanel (especializada), Sophia (pública), Seddoc (em 2 unidades especializadas), ALPH (pública), PHL (acadêmica) e Q-biblioteca (acadêmica).

Sobre as complexidades do ambiente virtual e o problema do tratamento informacional conferido a documentos eletrônicos, sobretudo à classificação documental, constatamos que em 2 bibliotecas acadêmicas e em 4 especializadas o documento eletrônico ainda não existe (50%); em 3 bibliotecas (pública, universitária e acadêmica), os documentos digitais ainda não são classificados (33,33%); em 2 bibliotecas (pública e universitária), os documentos são classificados em ambiente virtual da mesma forma que os documentos impressos (16,66%).

Essa constatação nos parece um tanto otimista em relação aos exageros quanto ao desaparecimento dos procedimentos tradicionais. Embora o documento eletrônico ainda careça de existência nessas unidades investigadas, os poucos existentes são tratados conforme procedimentos manuais, o que demonstra a adequação dos métodos e instrumentos tradicionais ao ambiente virtual.

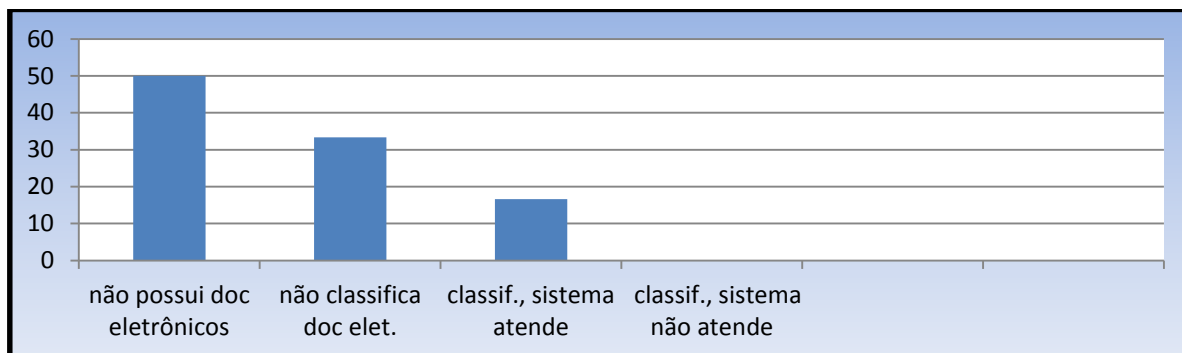


Gráfico 16 – Tratamento conferido a documentos digitais
Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Embora apenas duas bibliotecas realizam tratamento de documentos digitais, aqui podemos dialogar com Dias (2001), ao afirmar que o ambiente virtual será dependente do tradicional. Acredita-se que, os códigos e instrumentos de controle, assim como as técnicas e métodos utilizados pelo ambiente tradicional serão aos poucos convertidos para a forma digital. No entanto, a essência do processo de organização da informação permanecerá a mesma, mesmo que diante de novos suportes e tecnologias disponíveis.

Corroborando com essas inferências, as explicações de Eduvirges (2011), especialmente quando nos referimos ao trabalho de classificar documentos. Destaca esse autor que cada classificação tem seu uso diferenciado, elas não têm relação de dependência uma com a outra. Na era das tecnologias eletrônicas, as classificações poderão se expandir até na web, podendo tornar o ato de classificar os documentos bem simples e mais rápido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da coleta de dados realizada em diferentes modalidades de bibliotecas e das reflexões propostas por teóricos da área, vislumbra-se a constatação de que o processo de organização da informação constitui um dos principais fazeres e preocupações dos serviços biblioteconômicos.

Evidencia-se com isso, que, mesmo existindo inúmeros instrumentos de trabalho, técnicas e metodologias utilizadas para tratar a informação, em diferentes formatos e suportes, o processo se consolida por uma gama de fatores que interferem na maneira como a informação é representada e registrada de diferentes formas, influenciando o processo de busca e recuperação da informação.

Dentre os inúmeros fatores que se pode citar, após análises dos questionários respondidos, reforça-se as influências constantes proporcionadas pela subjetividade, pela experiência e pelo conhecimento prévio imbuídos na pessoa do catalogador/indexador/classificador.

Além desses fatores já ressaltados na literatura, o estudo constata, outrossim, a existência, de modo geral, do contexto em que a o tratamento informacional é realizado. As 12 bibliotecas investigadas, estando inseridas em diferentes instituições, apontam para a existência de diferentes políticas, culturas, procedimentos e recursos, além da figura do usuário, todos constituindo fortes influências na ação de tratar a informação, conferindo pluralidades de formas.

A pesquisa confirma a pluralidade de fatores, seja de ordem individual, inerentes ao catalogador, seja de ordem contextual. Essas duas vertentes não são excludentes, mas influenciadoras entre si, sendo que a segunda pode ser melhor gerenciada com a uniformidade dos procedimentos, porém, a segunda é

mais complexa, o que nos permite afirmar que a figura do profissional é, genericamente, a fonte de todas essas influências.

Os resultados confirmaram que as práticas realizadas pelos bibliotecários em diferentes contextos se fazem de formas diferenciadas, principalmente no que se refere aos instrumentos, técnicas e metodologias utilizadas, assim como os resultados obtidos nas atividades, considerando os fatores de subjetividade, conhecimento prévio e políticas institucionais, o que depreende afirmar que há inúmeros fatores interferentes na organização da informação, especialmente quanto à catalogação e classificação.

Espera-se que esse estudo reforce a necessidade de se adentrar a procedimentos padrões, visando a uniformização dos processos, bem como a utilização de todos os recursos e instrumentos possíveis, proporcionando melhores condições de trabalho e de valorização aos profissionais, diante das complexidades existentes e influenciadoras dos processos de tratamento informacional.

REFERÊNCIAS

CAMPELLO, Bernadete Santos. *Introdução ao controle bibliográfico*. 2. ed. Brasília: Lemos Informação e Comunicação, 2006.

DIAS, Eduardo Wense. Contexto Digital e Tratamento da Informação. *DataGramaZero*, v.2 n.5 out/01. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ou_t01/Art_01.htm>. Acesso em: 20 ago. 2013.

DIAS, Eduardo Wensen; NAVES, Madalena Martins Naves. *Análise de assunto: teoria e prática*. Brasília: Thesaurus. 2007.

EDUVIRGES, Joelson Ramos. Classificações documentárias: semelhanças e diferenças entre CDD e CDU. In: XIV Encontro Regional de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da Informação. *Anais eletrônicos*. Universidade Federal do Maranhão, 6 a 22 de janeiro de 2011.

Disponível em:

<<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/CLASSIFICA%C3%87%C3%95ES%20DOCUMENT%C3%81RIAS%20semelhan%C3%A7as%20e%20diferen%C3%A7as%20entre%20CDD%20e%20CDU.pdf>>.

Acesso em: 21 ago. 2013.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli; BOCATTO, Vera Regina Casari. As diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre indexação e catalogação de assuntos. In: FUGITA, Mariângela Spotti Lopes (Org.). *A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias*. Um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LANCASTER, F. Wilfrid. *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2004.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. *Bibliotecas como organizações*. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. *Catalogação no plural*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

NAVES, Madalena Martins Lopes. Estudo de fatores interferentes no processo de análise de assunto. *Perspect. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 189 - 203, jul./dez. 2001.

RANGANATHAN, S.R. Sistema de classificação. In: _____. *As cinco leis da Biblioteconomia*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

RIBEIRO, Antonia Motta de Castro Memória. *AACR2: Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd edition* : descrição e pontos de acesso. 2. ed. Brasília: Ed. do Autor, 2001.

Recebido em: 20-11-2015

Aceito em: 11-02-2016